

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.257 - SP (2019/0090364-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : SIADREX INDUSTRIA METALURGICA - EIRELI
ADVOGADO : CLAUDINEI VERGÍLIO BRASIL BORGES E OUTRO(S) -
SP137816
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA RELATIVO À CONFORMIDADE ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. A decisão agravada negou admissibilidade ao recurso especial por entender que o acórdão recorrido se manifestou no mesmo sentido da jurisprudência do STJ que admite a correção de ofício do valor da causa por se tratar de questão de ordem pública. Foram citados precedentes desta Corte (AgInt no AREsp 1.123.100/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017; AgInt no REsp 1701687/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 15/03/2018, DJe 21/03/2018).

2. Da análise das razões do agravo, verifica-se que a agravante não impugnou o fundamento da decisão agravada relativo à conformidade entre o acórdão recorrido e a jurisprudência do STJ. É cediço nesta Corte que a impugnação do fundamento do juízo negativo de admissibilidade recursal que aplica a jurisprudência do STJ pressupõe a demonstração, a cargo da agravante, de que a jurisprudência atual desta Corte não estaria no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou que os precedentes citados não seriam aplicados ao caso concreto em razão de *distinguishing*, o que não ocorreu. Dessa forma, não foi possível conhecer do agravo, haja vista a incidência do inciso III do art. 932 do CPC/2015.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

